



INTERSETORIALIDADE E DIREITO À EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA RECENTE

INTERSECTORIALITY AND THE RIGHT TO EDUCATION IN THE AMAZON: A CRITICAL VIEW OF RECENT ACADEMIC PRODUCTION

Ádila Marta da Silva e Silva¹ ; Angela Paula da Silva Pessoa² ; Ana Claudia da Silva Barroso³ ; Roseane Gonçalves de Lima⁴ ; Larissa Tamys Barroso da Gama⁵ 

¹Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Graduada em Licenciatura Plena em Matemática (UNINILTONLINS). Especialista em Gestão do Trabalho Pedagógico e Administrativo (FAVENI). Coordenadora do Escritório de Governança e Gestão Estratégica (SEDUC/AM), Amazonas, Brasil.

²Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Especialista em Educação Matemática (ESBAM). Graduada em Licenciatura Plena em Matemática (UNINILTONLINS). Graduada em Licenciatura Plena em Física (FAVENI). Bacharel em Teologia (FAEP). Professora de Matemática (SEMED/AM), Amazonas, Brasil; ³Especialista em Neuropsicopedagogia (UNIASSELVI). Psicopedagogia Institucional e Clínica, Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Gestão Escolar (Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção). (FAVENI). Amazonas, Brasil. ⁴Especialista em Letramento Digital (UEA). Especialista em Educação Profissional na modalidade EJA – PROEJA (CEFET-AM). Especialização em Administração escolar, Supervisão e Orientação (UNIASSELVI). Graduada em Normal Superior (UEA). Cursando Licenciatura em Matemática (FAVENI). Professora de Matemática (SEDUC/AM), Amazonas, Brasil. ⁵Mestra em Letras, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Técnica Pedagógica da Secretaria de Estado e Educação e Desporto Escolar SEDUC/AM, Manaus-AM, Brasil.

*Autor correspondente: adila.silva@educacao.am.gov.br

Recebido: 15/05/2025 | Aprovado: 10/08/2025 | Publicado: 22/10/2025

Resumo: Este artigo apresenta uma revisão narrativa da literatura sobre a intersectorialidade como estratégia de efetivação do direito à educação em territórios amazônicos. Considerando a complexidade social, geográfica e institucional da região, buscou-se analisar como a produção acadêmica recente tem abordado as articulações intersectoriais no campo educacional. A pesquisa foi realizada em bases como SciELO, Google Scholar, BDTD e CAPES, com recorte temporal dos últimos cinco anos (2019-2024), utilizando descritores como "intersectorialidade", "educação", "políticas públicas" e "Amazônia". Foram identificadas lacunas quanto à sistematização das experiências intersectoriais na gestão pública educacional e à articulação entre os setores de educação, saúde, assistência social e cultura. Os resultados indicam a necessidade de fortalecer arranjos institucionais integrados, sobretudo em territórios de alta vulnerabilidade. Conclui-se que a intersectorialidade, embora prevista nas normativas, carece de efetividade prática nos contextos locais, sendo fundamental aprofundar pesquisas que analisem sua institucionalização como prática democrática e territorializada de gestão pública.

Palavras-chave: Intersectorialidade. Direito à Educação. Amazônia. Gestão Pública. Políticas Educacionais.

Abstract: This article presents a narrative literature review on intersectoriality as a strategy to ensure the right to education in Amazonian territories. Considering the social, geographic, and institutional complexity of the region, the study analyzes how recent academic production has approached intersectoral articulations in the educational field. The research was conducted through databases such as SciELO, Google Scholar, BDTD, and CAPES, focusing on the last five years (2019–2024), using descriptors like "intersectoriality," "education," "public policies," and "Amazon." The findings highlight a gap in the systematization of intersectoral experiences in educational public management and in the articulation between education, health, social assistance, and cultural sectors. The results emphasize the need to strengthen integrated institutional arrangements, especially in territories marked by high social vulnerability. It concludes that intersectoriality, although included in public policies, lacks practical effectiveness in local contexts, reinforcing the importance of further research on its institutionalization as a democratic and territorialized public management practice.

Keywords: Intersectoriality. Right to Education. Amazon. Public Management. Educational Policies.



1 INTRODUÇÃO

O direito à educação, como direito social fundamental e universal, está consagrado na Constituição Federal de 1988 e em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. No entanto, sua efetivação plena, especialmente em regiões periféricas como a Amazônia, depende de uma série de condições estruturais, institucionais e socioterritoriais que extrapolam os limites do setor educacional. Nessas regiões, marcadas por desigualdades históricas, desafios logísticos e diversidade sociocultural, o direito à educação precisa ser compreendido em sua dimensão interdependente relacionada à saúde, assistência social, infraestrutura, transporte, alimentação e cultura.

Nesse contexto, a intersetorialidade tem emergido como uma diretriz estratégica para a formulação e implementação de políticas públicas que visem à garantia de direitos em territórios vulnerabilizados. Segundo Costa (2011) e Draibe (2004), a intersetorialidade implica a articulação horizontal entre setores, instâncias e agentes, superando a fragmentação histórica da ação estatal e promovendo respostas mais integradas e eficazes às demandas sociais complexas. Quando aplicada ao campo educacional, ela potencializa a construção de políticas de permanência escolar, proteção de crianças e adolescentes, promoção da equidade e valorização das especificidades territoriais.

Na Amazônia, no entanto, essa articulação enfrenta múltiplos desafios. A escassez de investimentos, a fragilidade das estruturas institucionais locais, a descontinuidade administrativa e a ausência de instâncias de governança compartilhada dificultam a construção de arranjos intersetoriais sustentáveis. Além disso, como demonstram Mourão (2021) e Garcia (2022), grande parte das experiências de articulação entre setores na região decorre de ações emergenciais, muitas vezes lideradas por sujeitos coletivos e organizações da sociedade civil, em contextos de adversidade.

Do ponto de vista da produção acadêmica, embora haja crescente interesse pelo tema da intersetorialidade no campo das políticas educacionais, ainda são poucos os estudos que se debruçam sobre o contexto amazônico com profundidade analítica. Falta sistematização de experiências, análise de políticas públicas regionais e escuta ativa dos sujeitos envolvidos. Diante disso, este artigo propõe uma revisão crítica da literatura recente sobre intersetorialidade e direito à educação na Amazônia, buscando compreender como a temática tem sido tratada por diferentes autores e quais as contribuições teóricas e práticas desses estudos.

Para isso, organizou-se a análise em três eixos principais, identificados a partir da leitura e categorização dos textos: (1) os fundamentos político-conceituais da intersetorialidade como diretriz de gestão pública; (2) as práticas intersetoriais implementadas em territórios amazônicos e seus desafios; e (3) as lacunas e contribuições da produção acadêmica sobre o tema. A sistematização desses eixos visa subsidiar pesquisadores, gestores públicos e educadores comprometidos com a construção de políticas educacionais mais integradas, participativas e territorializadas.

Neste cenário, a intersetorialidade desponta como princípio orientador das políticas públicas que buscam responder de forma integrada às múltiplas dimensões das desigualdades (Draibe, 2004; Costa, 2011).



Diversos programas nacionais como o Programa Saúde na Escola (PSE), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e a Busca Ativa Escolar assumem a intersetorialidade como eixo estruturante. No entanto, sua implementação concreta encontra barreiras institucionais, políticas e operacionais, particularmente nos municípios amazônicos de pequeno e médio porte (Silva Et Al., 2023; Borges Et al., 2023).

A literatura evidencia que, embora a intersetorialidade esteja prevista em marcos normativos, sua prática no cotidiano da gestão educacional permanece frágil e desarticulada (Lobato, 2000; Teixeira, 2012). Isso ocorre, em parte, pela ausência de formação técnica para o trabalho colaborativo entre setores e pela fragilidade dos mecanismos institucionais de gestão compartilhada, sobretudo em territórios periféricos e distantes dos centros decisórios.

Apesar de sua importância normativa e potencial transformador, a intersetorialidade na educação ainda é pouco sistematizada na produção acadêmica nacional, sobretudo quando se trata de experiências situadas na Amazônia Legal. Estudos recentes (Guimarães, 2024; Plantar Educação, 2024) apontam para uma lacuna na análise crítica sobre os arranjos intersetoriais e sua contribuição para a efetivação do direito à educação.

Diante desse cenário, esta revisão narrativa tem como objetivo analisar como a literatura científica recente tem abordado a intersetorialidade na educação, com foco em suas contribuições, contradições e limites como estratégia de efetivação do direito à educação em territórios amazônicos.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa se caracteriza como uma revisão narrativa de literatura, conforme orientações de Rother (2007), cuja finalidade é reunir, organizar e discutir criticamente a produção científica disponível sobre um determinado tema, sem a pretensão de exaurir todo o conhecimento existente, mas oferecendo uma síntese interpretativa relevante ao campo de estudo.

2.1 Bases de dados e descritores

A busca bibliográfica foi realizada nas seguintes bases de dados:

- SciELO (Scientific Electronic Library Online)
- Google Scholar
- Banco de Teses e Dissertações da CAPES
- BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – IBICT)

Foram utilizados os seguintes descritores combinados com operadores booleanos (AND, OR):

- “Intersetorialidade”
- “Educação”
- “Políticas públicas”
- “Gestão educacional”

- “Amazônia”
- “Territórios amazônicos”
- “Direito à educação”

A combinação entre os termos teve o objetivo de ampliar a abrangência da coleta e captar estudos com diferentes enfoques sobre a temática, considerando tanto produções teóricas quanto empíricas.

2.2 Critérios de inclusão e exclusão

Foram definidos os seguintes critérios para seleção dos materiais analisados:

Critérios de inclusão:

- Publicações entre os anos de 2019 a 2024;
- Trabalhos com enfoque na educação básica ou na gestão de políticas públicas educacionais;
- Produções acadêmicas disponíveis em acesso aberto e em português;
- Estudos realizados em territórios amazônicos ou com reflexões teóricas que dialogam com o contexto da Amazônia Legal.

Critérios de exclusão:

- Trabalhos voltados exclusivamente para áreas como saúde, urbanismo ou segurança pública, sem interface com a educação;
- Produções não disponíveis em texto completo ou com acesso restrito;
- Estudos que utilizam o termo “intersectorialidade” de forma genérica, sem aprofundamento conceitual ou aplicabilidade à gestão pública educacional.

2.3 Procedimentos de análise

- O processo de análise dos materiais selecionados foi realizado em três etapas:
- Leitura flutuante para triagem e exclusão de duplicidades e materiais fora dos critérios definidos;
- Leitura exploratória e analítica para extração de informações-chave relacionadas ao tema;
- Organização temática dos achados em eixos analíticos emergentes, a partir de padrões de repetição, convergência ou lacunas observadas na literatura.

A etapa interpretativa foi fundamentada em autores como Lobato (2000), Costa (2011), Draibe (2004), Mourão (2021) e Teixeira (2012), além de estudos recentes publicados na Revista Amazônica e nos Anais dos Seminários Interdisciplinares de Pesquisa em Educação (SEINPE), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Essa base teórica orientou o diálogo crítico com os achados da literatura, permitindo compreender as principais tensões, contribuições e silêncios em torno da intersectorialidade na educação amazônica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da produção científica recente sobre a intersetorialidade na educação, especialmente no contexto amazônico, permitiu identificar três eixos principais que estruturam este debate: (1) a intersetorialidade como princípio político e de gestão; (2) as práticas intersetoriais em territórios amazônicos, seus desafios e experiências; e (3) as lacunas e contribuições das pesquisas recentes.

3.1 A intersetorialidade como princípio político e de gestão

A intersetorialidade, no campo das políticas públicas, ultrapassa a ideia de mera cooperação entre diferentes setores do Estado. Trata-se de uma lógica de gestão que reconhece a complexidade das realidades sociais e a interdependência entre os direitos fundamentais, exigindo arranjos institucionais e operacionais que rompam com a fragmentação histórica das ações estatais (Lobato, 2000; Costa, 2011). No Brasil, essa fragmentação se acentuou com a tradição burocrática setorial das políticas públicas, onde cada secretaria ou ministério atua de forma isolada, dificultando a implementação de políticas integradas e responsivas às necessidades reais da população.

Draibe (2004) ressalta que a intersetorialidade deve ser compreendida como princípio de integração horizontal da ação pública, fundamentada na articulação entre setores, níveis de governo, instituições e sociedade civil. Essa perspectiva exige uma mudança na cultura política e na estrutura organizacional do Estado, o que implica redefinir fluxos de comunicação, compartilhamento de recursos, instâncias de planejamento e formas de avaliação conjunta. No plano teórico, esse princípio se ancora na ideia de gestão democrática e participativa, que reconhece os territórios e sujeitos como agentes ativos na formulação e execução das políticas públicas.

Na área da educação, a intersetorialidade tem ganhado centralidade especialmente em políticas voltadas à infância e juventude, como o Programa Saúde na Escola (PSE), o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e a Agenda Intersetorial de Enfrentamento à Violência Escolar. Tais políticas reconhecem que a aprendizagem e a permanência na escola estão profundamente vinculadas à alimentação, saúde, proteção social, mobilidade, cultura e condições de moradia — elementos que, por sua natureza, extrapolam a competência exclusiva da pasta educacional.

No contexto amazônico, o princípio da intersetorialidade ganha ainda maior relevância devido à complexidade territorial, étnica e institucional que caracteriza a região. Municípios com baixa densidade populacional, longas distâncias entre comunidades, presença de povos tradicionais e dificuldades logísticas impõem desafios que só podem ser enfrentados por meio de arranjos intersetoriais flexíveis, territorializados e sensíveis à diversidade local (Garcia, 2022; Mourão, 2021). A gestão educacional isolada é incapaz de garantir, por si só, o direito pleno à educação nessas condições.

No entanto, conforme Teixeira (2012), a consolidação da intersetorialidade como prática de gestão pública enfrenta resistências estruturais: a competição orçamentária entre setores, a ausência de espaços formais de governança integrada e a dificuldade de construir agendas comuns entre instituições com lógicas e culturas

distintas. A carência de formação técnica específica e de mecanismos de avaliação compartilhada também constitui obstáculos significativos.

Autores como Franzini (2017) e Wanderley, Martinelli e Da Paz (2021) defendem que a superação dessas barreiras passa pelo fortalecimento de espaços intersetoriais de planejamento, como comitês territoriais, fóruns de gestores e conselhos deliberativos, bem como pelo incentivo a práticas colaborativas baseadas na escuta ativa dos sujeitos do território. A intersectorialidade, assim, deve ser compreendida não apenas como um dispositivo técnico, mas como uma prática política relacional, que envolve negociação, corresponsabilidade e compromisso ético com a superação das desigualdades.

Nesse sentido afirma que a intersectorialidade se configura tanto como um princípio estruturante das políticas públicas democráticas, quanto como uma estratégia de enfrentamento das desigualdades multidimensionais, especialmente em contextos de vulnerabilidade como os da Amazônia. Ela representa, portanto, um eixo fundamental para a efetivação do direito à educação em sua dimensão integral, exigindo a construção de políticas públicas articuladas, participativas e orientadas pelo território.

3.2 Práticas intersectoriais em territórios amazônicos: desafios e experiências

A revisão da literatura evidenciou que as experiências intersectoriais no campo educacional da Amazônia têm emergido, em grande parte, como respostas a demandas urgentes ou a situações de crise, o que revela tanto seu potencial quanto suas fragilidades. De modo geral, trata-se de iniciativas fragmentadas, muitas vezes resultantes da mobilização de atores locais, e não de planejamentos institucionais consolidados. Apesar disso, essas práticas oferecem pistas importantes sobre como a intersectorialidade pode ser implementada em contextos de alta complexidade social e territorial.

Um exemplo emblemático é a experiência relatada por Borges, Souza e Silva (2023) durante a pandemia de COVID-19 em Parintins-AM. Diante da suspensão das aulas presenciais e da limitação de acesso à internet, uma articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, rádios comunitárias e organizações da sociedade civil possibilitou a veiculação de conteúdos educativos via rádio. Essa iniciativa demonstrou a capacidade de resposta criativa de redes intersectoriais informais e seu potencial para garantir o direito à educação em situações adversas. A ausência de estrutura digital e de políticas públicas centralizadas não impediu que agentes locais atuassem conjuntamente para atender estudantes de áreas ribeirinhas e comunidades isoladas.

Outro exemplo de relevância é o Programa Usinas da Paz, analisado por Antunes, Oliveira e Araújo (2024), implantado no estado do Pará como uma política de segurança cidadã com forte componente intersectorial. O programa articula secretarias estaduais de segurança, educação, cultura, esporte e saúde em um único território, com foco em ações integradas para a prevenção da violência e promoção da cidadania. A presença de equipamentos públicos multifuncionais nos bairros periféricos, a oferta de cursos de formação profissional e o incentivo à participação comunitária demonstram o potencial da intersectorialidade quando planejada, financiada e monitorada em parceria entre diferentes setores do Estado.

Apesar dessas experiências promissoras, a maioria dos estudos aponta que a intersetorialidade na gestão municipal da educação ainda enfrenta obstáculos estruturais. Conforme discutem Silva, Costa e Carvalho (2023), o que se observa em muitos municípios amazônicos é a ausência de comunicação efetiva entre as secretarias, a duplicação de esforços e a inexistência de protocolos de cooperação técnica. A rotatividade dos profissionais, o baixo investimento em formação específica e a sobrecarga das equipes dificultam a consolidação de ações contínuas e eficazes.

O desafio da territorialização das políticas públicas também é recorrente. Muitas vezes, as ações intersetoriais são transplantadas de modelos urbanos sem considerar as especificidades das comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas. A ausência de dados desagregados por território e a frágil capacidade técnica dos municípios menores contribuem para a invisibilidade de certas populações e para a perpetuação de ações genéricas e descontextualizadas.

Por outro lado, a literatura destaca o papel fundamental dos movimentos sociais, das redes de apoio comunitárias e de coletivos locais como articuladores da intersetorialidade de base. Mourão (2021) observa que, em diversos territórios da Amazônia Legal, é a mobilização popular que pressiona o Estado a atuar de maneira integrada, seja na luta pelo transporte escolar fluvial, na construção de escolas indígenas, ou no acesso de estudantes a políticas de assistência. Essa intersetorialidade “de baixo para cima” assume papel estratégico na indução de arranjos mais democráticos e sensíveis à realidade local.

Além disso, experiências como as descritas por Hernández et al. (2024) na Amazônia colombiana apontam para a possibilidade de articulações intersetoriais voltadas ao atendimento psicossocial nas escolas, como forma de enfrentamento das múltiplas violências e desigualdades vivenciadas pelos estudantes amazônicos. Essa abordagem reforça a compreensão de que a intersetorialidade não é apenas uma diretriz nacional, mas uma necessidade internacional para a promoção de direitos em regiões transfronteiriças e de alta vulnerabilidade.

Portanto, embora ainda incipientes, as experiências analisadas indicam que é possível construir práticas intersetoriais inovadoras no contexto amazônico. No entanto, para que essas ações avancem em institucionalidade, é necessário que os entes federativos fortaleçam capacidades locais, estabeleçam instrumentos de governança compartilhada, promovam formação específica para os profissionais envolvidos e reconheçam a centralidade dos territórios como espaços legítimos de formulação e controle social das políticas públicas.

3.3 Lacunas e contribuições das pesquisas recentes

A análise da produção acadêmica recente sobre intersetorialidade e direito à educação na Amazônia revela um campo ainda em consolidação, marcado por lacunas importantes, mas também por contribuições relevantes que apontam caminhos possíveis para o aprofundamento teórico e prático da temática.

Uma das principais lacunas diz respeito à escassez de estudos empíricos sistemáticos que documentem experiências intersetoriais em territórios amazônicos. A maioria das publicações ainda opera no plano da

reflexão conceitual ou apresenta diagnósticos genéricos, com pouca atenção à análise de políticas locais ou à sistematização de práticas concretas. Isso limita a capacidade de generalização dos achados e enfraquece a produção de subsídios técnicos e políticos para a formulação de políticas públicas contextualizadas. Como apontam Guimarães (2024) e Silva et al. (2023), a ausência de registros detalhados sobre os arranjos intersetoriais dificulta tanto a sua replicação quanto a sua avaliação crítica.

Outra lacuna importante refere-se à fragilidade das abordagens interdisciplinares. Apesar de a intersectorialidade pressupor a articulação entre diferentes campos do saber e setores da política pública, ainda prevalecem estudos isolados, elaborados a partir de perspectivas disciplinares restritas. Poucas produções dialogam de maneira efetiva com áreas como a saúde pública, a assistência social, a sociologia da infância, os estudos territoriais e a antropologia da educação, o que empobrece o debate e reduz a compreensão da complexidade envolvida na garantia do direito à educação nos territórios amazônicos.

Também é notável a sub-representação de sujeitos e saberes locais nas pesquisas analisadas. Muitas vezes, os estudos falam sobre os territórios, mas não com os territórios. Há pouca escuta ativa dos gestores municipais, professores, estudantes, lideranças comunitárias e técnicos que atuam diretamente na implementação das políticas. Isso reforça uma epistemologia verticalizada que desconsidera os conhecimentos produzidos no chão da escola e da comunidade. Iniciativas como as descritas por Mourão (2021) e pela Concertação pela Amazônia (2023) apontam para a urgência de incorporar uma abordagem mais participativa e territorializada na produção do conhecimento.

Em termos positivos, é possível afirmar que a literatura mais recente tem se preocupado em situar a intersectorialidade no marco do direito à educação como direito interdependente, como propõem Franzini (2017) e Wanderley, Martinelli e Da Paz (2021). Essa concepção compreende que a efetivação do direito à educação exige não apenas acesso à escola, mas também políticas integradas que garantam condições de permanência, bem-estar, segurança, alimentação, saúde e dignidade.

Outra contribuição relevante é a valorização da intersectorialidade como prática relacional, que ultrapassa as normativas e estruturas institucionais formais, considerando os vínculos cotidianos entre profissionais, setores e sujeitos nos territórios (Teixeira, 2012). Essa perspectiva amplia o entendimento da gestão pública ao reconhecer os aspectos simbólicos, culturais e éticos que atravessam a construção de políticas integradas.

Alguns estudos começam a propor modelos e indicadores de análise da intersectorialidade, como forma de fortalecer sua institucionalização e monitoramento, embora ainda de maneira incipiente. Há também um esforço crescente de vincular a intersectorialidade à agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4 (educação de qualidade), o ODS 10 (redução das desigualdades) e o ODS 17 (parcerias e meios de implementação), o que representa uma oportunidade para ampliar o financiamento e a articulação de políticas em nível internacional.

Dessa forma, embora o campo ainda enfrente desafios importantes, é possível afirmar que a produção recente contribui para reposicionar a intersectorialidade como elemento central da agenda educacional

amazônica, reforçando seu caráter estratégico para o enfrentamento das desigualdades sociais e para a construção de uma gestão pública mais democrática, participativa e sensível às realidades territoriais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão da literatura revelou que, embora a intersectorialidade seja amplamente reconhecida como diretriz essencial das políticas públicas educacionais, sua efetivação em contextos amazônicos ainda enfrenta inúmeros desafios. Persistem barreiras institucionais, técnicas e políticas que dificultam a construção de arranjos colaborativos sustentáveis entre os setores de educação, saúde, assistência social e cultura. Essas dificuldades estão diretamente relacionadas à ausência de normativas claras, à descontinuidade administrativa nos municípios e à fragilidade dos mecanismos de governança territorializada e participativa. Franzini (2017) argumenta que tais arranjos são fundamentais para a garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

A análise dos estudos também evidenciou que, nos poucos casos em que ações intersectoriais se concretizam, elas estão majoritariamente vinculadas a respostas emergenciais e isoladas, sem o devido planejamento, acompanhamento ou institucionalização. A intersectorialidade, nesse sentido, aparece mais como um ideal normativo do que como uma prática consolidada de gestão pública, o que fragiliza sua capacidade de contribuir efetivamente para a garantia do direito à educação.

Por outro lado, os achados teóricos da revisão reforçam a potência do conceito de intersectorialidade como categoria analítica e política. A valorização da articulação entre setores, a importância da escuta territorial e o papel ativo dos movimentos sociais amazônicos foram apontados como elementos fundamentais para a construção de políticas educacionais mais equitativas e contextualizadas. A intersectorialidade, compreendida como prática relacional e situada, representa um caminho promissor para enfrentar as múltiplas vulnerabilidades que marcam os territórios amazônicos.

Conclui-se, portanto, que há uma demanda urgente por investigações que articulem teoria e prática, capazes de revelar os modos pelos quais a intersectorialidade pode ser institucionalizada nos municípios da Amazônia Legal. Tais estudos são fundamentais não apenas para ampliar o corpo teórico da área, mas para subsidiar a formulação de políticas públicas educacionais comprometidas com a justiça social, a equidade territorial e o reconhecimento das diversidades locais. A produção de conhecimento situada, que valorize as experiências dos sujeitos e das comunidades amazônicas, é uma condição indispensável para o fortalecimento da gestão pública intersectorial e para a efetivação plena do direito à educação na região. Como destaca a Concertação pela Amazônia (2023), esse direito está intrinsecamente relacionado à articulação de políticas públicas interdependentes.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, B. G. B.; OLIVEIRA, J. M.; ARAÚJO, E. T. **The challenges of public policies in the Amazon region: social inclusion and violence prevention through the Peace Plants Program.** ResearchGate, 2024. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/389014666>. Acesso em: 1 maio 2025.
- ARROYO, M. G. **Territórios do (in) visível: intersectorialidade, políticas públicas e educação.** São Paulo: Cortez, 2006.
- BORGES, H.; SOUZA, A. P.; SILVA, M. F. Aprendendo em casa pelas ondas do rádio: ações intersectoriais durante a pandemia em Parintins-AM. In: SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO (SEINPE), 20., 2023, Manaus. **Anais [...]**. Manaus: UFAM, 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988.
- CONCERTAÇÃO PELA AMAZÔNIA. **O direito à educação: o que a Amazônia nos provoca a (re) conhecer e (re) avaliar.** São Paulo: Concertação, 2023. Disponível em: https://concertacaoamazonia.com.br/wp-content/uploads/2023/08/Cadernos-da-Concertacao_Volume1_educacao.pdf. Acesso em: 1 maio 2025.
- COSTA, N. R. **Intersectorialidade nas políticas públicas: fundamentos e desafios.** Brasília: ENAP, 2011.
- DRAIBE, S. M. **Políticas sociais e pobreza no Brasil.** Campinas: UNICAMP, 2004.
- FRANZINI, A. A intersectorialidade como princípio inovador da gestão das políticas de assistência social, saúde e educação na garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2017. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br>. Acesso em: 1 maio 2025.
- GALIAZZI, M. C.; MORAES, R. **Análise textual discursiva.** Ijuí: Unijuí, 2021.
- GARCIA, F. M. **Educação, democracia e políticas públicas na Amazônia.** In: SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO (SEINPE), 20., 2022, Manaus. **Anais [...]**. Manaus: UFAM, 2022.
- GONÇALVES, J. O.; CRUZ, M. R. **Política pública de educação e saúde: um estudo sobre o trabalho intersectorial do Programa Saúde na Escola – PSE.** In: EPPAC – Encontro de Pesquisa e Pós-graduação em Administração e Ciências Contábeis, 2021. Disponível em: <https://eppac.com.br>. Acesso em: 1 maio 2025.
- GUIMARÃES, A. C. Educação integral na Amazônia: uma análise das políticas intersectoriais no norte do Brasil. **Revista Amazônida**, v. 12, n. 2, p. 15–30, 2024.
- HERNÁNDEZ, F. A.; CABRERA, E. J. R.; DE CATACHUNGA, O. **Detection and addressing of psychosocial issues in schools: an intersectoral approach for the Colombian Amazon.** ResearchGate, 2024. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/379707936>. Acesso em: 1 maio 2025.
- LOBATO, L. V. C. Intersectorialidade e políticas públicas: uma questão em construção. **Revista Saúde em Debate**, v. 24, n. 56, p. 25–34, 2000.

MOURÃO, A. R. B. Movimentos sociais e políticas educacionais na Amazônia: articulações possíveis. **Revista Amazônida**, v. 10, n. 1, p. 87–102, 2021.

OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO. **Intersetorialidade: articulação para a busca do desenvolvimento integral na educação**. Instituto Unibanco, 2023. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br>. Acesso em: 1 maio 2025.

PEREIRA, E. M. Políticas públicas e educação na Amazônia. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 4., 2019. **Anais [...]**. ANPAE. Disponível em: <https://anpae.org.br>. Acesso em: 1 maio 2025.

PLANTAR EDUCAÇÃO. Diversidade, sustentabilidade e território: práticas educativas na Amazônia. **Revista Amazônida**, v. 11, n. 2, p. 45–60, 2024.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v–vi, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>.

SILVA, F.; COSTA, A.; CARVALHO, L. **Avaliação da Educação Infantil em Manaus: limites e contradições da intersetorialidade**. In: Seminário Interdisciplinar De Pesquisa Em Educação (SEINPE), 20., 2023, Manaus. **Anais [...]**. Manaus: UFAM, 2023.

TEIXEIRA, S. F. **Gestão social e intersetorialidade: reflexões críticas para além da lógica da governança**. São Paulo: Paulus, 2012.

WANDERLEY, M. B.; MARTINELLI, M. L.; DA PAZ, R. D. O. Intersetorialidade nas políticas públicas: inclusão escolar e exclusão social. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 16, n. 4, p. 2677–2691, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaec.v16i4.14429>.